

Cadernos Adenauer

ANO VI

2005

Nº 01

VALERIE DE CAMPOS MELLO

MARÍA CRISTINA ROSAS

JOÃO CLEMENTE BAENA SOARES

VALERIA MARINA VALLE

WILHELM HOFMEISTER

REFORMAS NA ONU

Editor responsável
Wilhelm Hofmeister

Conselho editorial

Antônio Octávio Cintra Maria Clara Lucchetti Bingemer
Fernando Limongi Maria Tereza Aina Sadek
Fernando Luiz Abrucio Patrícia Luiza Kegel
José Mário Brasiliense Carneiro Paulo Gilberto F. Vizentini
Lúcia Avelar Ricardo Manuel dos Santos Henriques
Marcus André Melo Roberto Fendt Jr.
Rubens Figueiredo

Coordenação editorial
Cristiane Duarte Daltro Santos

Revisão
Cristiane Duarte Daltro Santos

Tradução
Pedro Maia Soares
Roland Körber

Apoio
João Marcelo Dalla Costa

Capa
Isabel Carballo

Diagramação
Cacau Mendes

Impressão
Zit Gráfica e Editora

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer VI (2005), nº 1

Reformas na ONU

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, junho 2005.

ISBN: 85-7504-084-7

Todos os direitos desta edição reservados à
FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
Centro de Estudos: Praça Floriano, 19 – 30º andar
CEP 20031-050 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

Impresso no Brasil

Índice

| | |
|---|-----|
| OS AUTORES | 7 |
| APRESENTAÇÃO | 9 |
| NOVAS AMEAÇAS A PAZ E SEGURANÇA: O PAPEL DA ONU | 13 |
| <i>Valerie de Campos Mello</i> | |
| O CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: | |
| 60 ANOS NÃO É NADA... .. | 29 |
| <i>Maria Cristina Rosas</i> | |
| A TAREFA DO GRUPO DOS 16 E AS NAÇÕES UNIDAS | 73 |
| <i>João Clemente Baena Soares</i> | |
| A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU: | |
| UMA ANÁLISE SOBRE A POSIÇÃO BRASILEIRA | |
| E SUAS REPERCUSSÕES | 95 |
| <i>Valeria Marina Valle</i> | |
| A ALEMANHA E A REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS | 127 |
| <i>Wilhelm Hofmeister</i> | |

Os autores

Valerie de Campos Mello é assessora do secretário geral adjunto para Assuntos Políticos da ONU. Suas responsabilidades incluem o acompanhamento de desenvolvimentos políticos nas Américas, Europa e Ásia, assim como um trabalho analítico sobre os temas da prevenção de conflitos, da economia política dos conflitos e da democracia. É mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Paris *I Panthéon-Sorbonne* e doutora em Relações Internacionais pelo Instituto Universitário Europeu em Florença.

María Cristina Rosas é professora e pesquisadora da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma de México. Seu livro mais recente é *Las operaciones de mantenimiento de la paz de las Naciones Unidas: lecciones para México*, (México: Universidad Nacional Autónoma de México-Academia Folke Bernadotte, 2005, 385 pp.).

João Clemente Baena Soares é membro do Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre Ameaças, Desafios e Mudanças.

Valeria Marina Valle é doutoranda em Ciências Políticas e Sociais com orientação em Relações Internacionais pela FCPyS-UNAM.

Wilhelm Hofmeister é doutor em Ciências Políticas pela Universidade *Johannes Gutenberg* em Mainz, Alemanha, e diretor do Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer no Brasil.

Apresentação

As Nações Unidas (ONU) foram criadas em 1945 como instrumento para assegurar a paz no mundo, para fazer valer o Direito Público Internacional, promover a cooperação internacional e proteger os direitos humanos. Mesmo que durante a sua história a ONU tenha prestado importantes serviços para a realização destes objetivos, existe um amplo consenso internacional de que, após 60 anos de existência, a ONU precisa de uma reforma. Esta demanda fundamenta-se principalmente no fato de que, nas últimas décadas, a ONU ampliou consideravelmente sua composição e seus campos de atividade sem que até agora tenha havido modificações fundamentais em seu documento de fundação, a Carta da ONU. De 51 nações fundadoras, cresceu para 191 e, de uma organização cuja finalidade precípua seria proscrever a guerra como instrumento político, se transformou num fórum global em que todos os problemas fundamentais do mundo são discutidos, contribuindo em parte também para sua solução. As estruturas e os procedimentos da ONU já são considerados anacrônicos porque não corresponderiam mais às realidades da política mundial. Ao mesmo tempo, todavia, constata-se também que a agenda das reformas seria tão longa quanto complexa: o Conselho de Segurança com seus 5 membros permanentes não refletiria mais a constelação do poder político do século XXI, o Direito Internacional deveria ser adaptado às novas formas de ameaça, as numerosas organizações e órgãos

especiais da ONU se teriam transformado em um conglomerado inextricável, que deveria ser urgentemente depurado e, finalmente, também seria necessário tomar decisões a respeito da definição de prioridades no âmbito das tensões entre garantia de paz, fortalecimento dos direitos humanos, combate à pobreza e proteção do meio ambiente global. A isso acrescentam-se outros temas fundamentando a demanda de reformas, como por exemplo a necessidade de reformas organizacionais internas, reformas financeiras, modificações nos tribunais criminais internacionais, na arquitetura financeira internacional, nos setores econômico e social, na inclusão de novos participantes e de organizações não-governamentais no trabalho da ONU e no debate sobre a governabilidade global.

No Brasil, a reforma na ONU goza de especial atenção, pois o governo do país está muito engajado para conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança, um dos órgãos principais da Organização. No mundo todo, o governo está procurando apoio para esta pretensão, mas a inclusão permanente ou não do Brasil no Conselho de Segurança seguramente não é a questão mais importante da reforma na ONU. Existem outras questões mais urgentes que precisam de uma resposta no contexto de uma reforma nas Nações Unidas.

Nessa edição dos *Cadernos Adenauer* apresentamos alguns aspectos do debate acerca da reforma na ONU. Após uma análise do conceito de segurança humana e da noção de prevenção de conflitos armados tal como ela vem sendo definida na ONU, Valérie de Campos Mello apresenta os principais pontos da proposta de reforma da ONU na área de paz e segurança, para em seguida debater os aspectos polêmicos da reforma e concluir sobre suas chances de sucesso. Em seguida, María Cristina Rosas faz uma análise sobre a composição, as funções, os procedimentos, os atributos e a efetividade (inclusive as fortalezas e as debilidades) do Conselho de Segurança da ONU.

Com o objetivo de examinar as ameaças globais e propor as mudanças necessárias com o reexame dos principais órgãos das Nações

Unidas, o secretário geral da ONU, Kofi Annan, convocou um grupo de 16 pessoas para produzir um relatório (Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças), que é descrito no terceiro artigo da série por João Clemente Baena Soares, membro do Painel.

Porque as pretensões brasileiras no que diz respeito ao Conselho de Segurança estão observadas com muita atenção pelos parceiros latino-americanos, apresenta-se no artigo de Valeria Marina Valle uma visão a partir da perspectiva mexicana.

Finalmente, em meu artigo, abordo a necessidade de reformas na ONU e a discussão feita na Alemanha – em boa parte por causa da crise do Iraque – de como é que a ONU poderia atingir de forma ainda mais eficaz o seu objetivo central, ou seja, a criação de um sistema coletivo de segurança com o fim de impedir as guerras.

WILHELM HOFMEISTER